

Desastre anunciado

Debate sobre a
catástrofe que
aconteceu na Região
Serrana reúne sociedade
civil e representantes do
governo

PÁGINAS 4 e 5

Vale do Cuiabá, em Itaipava,
depois das chuvas que
devastaram a Região Serrana



Abertura dos arquivos da ditadura



Organização dos Estados
Americanos considera que
a anistia não poderia valer
para os que cometeram
crimes de lesa-
humanidade e exige do
país o julgamento dos
responsáveis

PÁG.
8

SENGE-RJ vai completar 80 anos

• Em setembro de 1931, um grupo de engenheiros, que também se reunia no Clube de Engenharia, fundava o Sindicato Nacional dos Engenheiros, que, mais tarde, veio a ser o SENGE-RJ. Embalada pelo surto de modernização que atingia o país e que era fruto da Revolução de 30, a nova entidade já teve, desde os primeiros dias, que enfrentar o problema da concorrência de mão-de-obra estrangeira para os engenheiros.

Questões como regulamentação da profissão e até mesmo a discussão de um salário mínimo para os profissionais de Engenharia entraram em sua agenda sindical. Na década de 50, a luta pelo SMP adquiriu uma dimensão política tal que, em 1966, foi finalmente votada a lei 4.950-A/66.

Evidentemente, os tempos eram outros e a política também. O Sindicato era inteiramente dedicado às questões corporativas e as lutas mais gerais da sociedade estavam fora de suas preocupações. Ao lermos os documentos e atas de suas reuniões, percebemos nitidamente o clima político que perpassava toda a sociedade brasileira, principalmente as fases mais autoritárias, como é o caso do Estado Novo varguista. Isto se refletia de forma muito especial no Rio de Janeiro, a Capital Federal.

Este ano, o SENGE-RJ está programando uma série de eventos comemorativos de nossos 80 anos. Temos muito o que comemorar, principalmente o fato de termos uma entidade aberta, democrática e sintonizada com as lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros.

A crise na segurança pública

▪ MARCELO FREIXO

Não considero que essa seja uma crise da Polícia do Rio de Janeiro. É mais do que isso, é uma crise da Segurança Pública do Rio de Janeiro, é algo mais profundo. Por isso, venho aqui me pronunciar, primeiro, para dizer que, com relação ao Secretário Mariano Beltrame, com quem tenho algumas divergências e por quem tenho profundo respeito, ele, por ser uma pessoa honesta, traz uma grande vantagem sobre todos os outros que o antecederam nos últimos governos, por mais que seja sua obrigação ser honesto.

No mês de fevereiro, nos meios de comunicação, ele afirmou que é importante ter lisura e resultado. Acho ótimo que esse seja o lema do governo: lisura e resultado. Vamos cobrar resultado e lisura na saúde, na educação, no transporte, em todos os outros setores. Acho que é um bom mote para nós dialogarmos com o governo essa proposta na lógica da segurança – pode não ser só na segurança.

Conseguimos aprovar, no início do mês, uma CPI para investigar o tráfico de armas, munições e explosivos aqui no Rio. Sem dúvida alguma, vai ser de grande valia para a Casa e para o Rio de Janeiro, pois não é uma CPI que fica no marco ideológico ou no marco da situação ou da oposição, mas discute de forma central o que há de mais importante na Segurança Pública do Rio.

O que diferencia o Rio de Janeiro dos demais estados é a presença do armamento. O Rio não é campeão brasileiro de homicídios, não é campeão brasileiro em número de roubos, assaltos e sequestros. O que torna a violência do Rio uma especificidade no cenário nacional é a presença do armamento. Então, precisamos entender como esse armamento chega, é utilizado, por que canais passa. Essa é uma contribuição que o Poder Legislativo tem que dar à Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Ainda bem que a nossa CPI – minha e do Deputado Wagner Montes – foi aprovada um dia antes da Operação Guilhotina, porque, senão, provavelmente, seríamos acusados de estar apresentando uma CPI à luz do que estava aparecendo na mídia. Um dia antes da Operação Guilhotina nós aprovamos, nesta Casa, a CPI para investigar o tráfico de armas.

Quero dizer que a Operação Guilhotina, organizada pela Polícia Federal, foi extremamente importante para o Rio de Janeiro. Não é uma ação ruim para a Polícia, é ruim para os péssimos policiais, para os policiais envolvidos na falcatura, envolvidos no tráfico de armas. E tem que ser ruim para esses policiais – espero deixem de ser policiais a partir deste momento, inclusive. “Essa operação me chama a atenção, primeiramente, porque parte dela não conseguiu ser feita pelos sistemas de Corregedoria. Por que nossos sistemas de controle interno do Rio de Janeiro não funcionaram?”

Nós precisamos da ação da Polícia Federal. Por mais que a Polícia Federal tenha contado com a ajuda inclusive do Secretário e de alguns delegados, não foi possível essa operação ser feita pelo sistema de Corregedoria, sinal que nem tudo anda tão bem assim na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Pelo menos, relativamente ao controle interno, temos gravíssimos problemas. Isso foi uma amostra.

Quem está sendo preso tinha cargo de chefia, de chefia daquilo que devia investigar. Mais do que uma delegacia, chefiava o tráfico de armas. É muito grave o que acontece hoje no Rio de Janeiro e temos que ter responsabilidade nesse debate.

Quero dizer que a Operação Guilhotina ainda não terminou. Ela sumiu dos jornais, sumiu dos debates, substituída por outra polêmica, envolvendo agora o ex-chefe de polícia e o delegado da Draco. Mas não é esse o grande debate que a Segurança Pública do Rio de Janeiro tem que travar. A operação guilhotina é o foco. A Operação Guilhotina tem que chegar ao fim. Essa guilhotina ainda pode cortar outros setores, outras pessoas, portanto a operação não deve sair do foco ou se tornar menos importante no momento.

Talvez seja o objetivo de alguns fazer com que a Operação Guilhotina não seja mais vista, não seja mais debatida. Essa operação precisa ser recuperada, pois é fundamental, hoje, no debate da Segurança Pública aqui no Rio de Janeiro.

Dito isto, quero centrar minha fala, no final, a algo que me chamou a atenção, mas parece não ter chamado a atenção da vida política na cidade. Um dos delegados presos trabalhava, desde o início da Prefeitura, na Secretaria de Ordem Pública e isso passou de raspão pelos debates da Segurança Pública. Por isso, quero lembrar algumas coisas curiosas, perguntando, por exemplo, o que fazia na Secretaria de Ordem Pública o delegado que agora está preso, envolvido com tráfico de armas?

A primeira ação da Secretaria de Ordem Pública foi enfrentar um que nós também interrogamos aqui, que foi o Sr. Marcão, um líder comunitário, assassinado logo depois, porque era rival do Cristiano Girão, na área de domínio dele. Essas coisas precisam ser ditas e precisam ser investigadas. Não é possível a gente achar que é coincidência a Secretaria de Ordem Pública ter tanta relação assim com a milícia, e o mapa eleitoral das pessoas que conduzem essa lógica de ordem pública ter grande concentração de votos nas áreas de milícia. Não é coincidência! Não há coincidência na vida política. Isso tem que ser investigado. Não faço aqui acusações. Levanto dados que são objetivos e que precisam ser investigados.

Concluo dizendo que uma Secretaria de Ordem Pública não pode atender a interesses privados dessa ordem.

• **Marcelo Freixo**, deputado estadual, no plenário da Alerj, em 15/02/11



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Adriana Martins
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ lança Caderno Temático sobre a manipulação midiática

Júlia Gaspar

Obra de Pascual Serrano é traduzida e Sindicato debate o desenvolvimento social

Júlia Gaspar e Adriana Martins

O SENGE-RJ promoveu o lançamento do Caderno Temático “Desinformação – Como os meios de comunicação ocultam o mundo”, dia 22 de fevereiro, no auditório do Sindicato. Para debater o tema, estiveram presentes o apresentador Paulo Passarinho, do programa Faixa Livre, Rádio Bandeirantes 1360 AM, a jornalista Cláudia Santiago, do Núcleo Piratininga de Comunicação, e o diretor do Sindicato Agamenon Oliveira, como mediador da mesa.

O Caderno Temático é composto por parte da obra de Pascual Serrano, traduzida por Luisa Prieto Lamas, em continuidade ao projeto do Sindicato de abordar questões políticas e traçar diretrizes em prol do desenvolvimento da sociedade.

O que passa na mídia e quem a faz

A jornalista Cláudia Santiago deu início às palestras e relacionou os meios de comunicação com o capital. Quanto ao discurso da verdade, neutralidade, objetividade, Cláudia disse: “Quem são e o que pensam os profissionais que trabalham nos meios, e como formam suas ideias?”

Ela falou ainda sobre a incorporação das ideias do capital pelos profissionais que fazem a imprensa e sobre a alienação do trabalho nos profissionais da grande imprensa. Sobre o agenda setting, modo de escolha das informações que devem ou não ser publicadas em um jornal, Cláudia explicou: “Não é o tratamento que se dá, é o não tratamento dado”.

Além disso, a jornalista considerou que a favela precisa enfrentar a polícia para virar notícia, caso contrário, segundo Cláudia, a favela é interessante para a grande mídia apenas como um conjunto de criminosos. “A mídia trata como se 99% da favela fosse formada por bandidos”, lamentou.

Notícias para quem quer ler

Ao demonstrar preocupação com os novos passos a serem tomados, Cláudia falou da dificuldade em mostrar o que acontece nas cidades. “A gente não fica sabendo o que ocorre na cidade. Precisamos dos meios de comunicação para contar as nossas lutas e escrever sobre o que se passa”.

Em relação à TV Comunitária, a jornalista relatou: “Não entendo porque não conseguimos fazer a TV Comunitária acontecer”. E lamentou a falta de bons jornais no Rio de Janeiro. “O Globo não é jornal, no Rio



A jornalista Cláudia Santiago, o diretor do SENGE-RJ Agamenon Oliveira e o apresentador Paulo Passarinho debatem mídia, poder e sociedade

não há jornal. Preciso ler o Estado de São Paulo, porque me recuso a ler os daqui”.

O projeto e a mudança

O apresentador Paulo Passarinho, do programa Faixa Livre, considerou que a iniciativa de lançar o Caderno Temático recoloca o papel dos meios de comunicação na sociedade. E fez as seguintes indagações para reflexão: “Qual a realidade de um tipo de comunicação que nos ajude a pensar o Brasil? Qual a possibilidade real de mudança de modelos dentro do capitalismo?”

Quanto ao modelo de comunicação de massa do Brasil, de acordo com Paulo Passarinho, “apesar de todo o formalismo da nossa democracia, vivemos uma ditadura sofisticada na informação”. Ele indagou como, com tanta militância, ainda não foi possível mudar o projeto de comunicação no país. “Não temos projeto nem de Brasil, nem de comunicação”, garantiu e ainda completou: “A esquerda brasileira não tem um projeto claro para o Brasil”.

Ter a voz para ter o poder

O conselheiro fiscal do SENGE-RJ, Rubem Corveto, pediu a palavra para fazer a seguinte afirmação: “A esquerda apenas vê a imprensa como local de disputa de poder”. E exemplificou: “as entidades que ganhavam espaço na TV Comunitária não veiculavam nenhum programa”.

A obra de Pascual

Informação ou desinformação? Em sua obra, traduzida para o Caderno Temático, Pascual Serrano apresenta a comunicação com sua principal característica: convencer o conjunto das populações a aderir um conceito em referência às classes dominantes. A manipulação midiática passa a ser desmascarada nesta união de fatos, provas e, ao mesmo tempo, sensibilidade do autor, que se preocupa com os problemas dos meios de comunicação e a sua relação com a sociedade.

Serrano chama atenção para o fato de que os jornais da atual conjuntura acabam impedindo que a verdade seja dita, o oposto dos ideais do jornalismo. A questão sobre a possibilidade de o poder dos meios de comunicação influenciar a opinião pública ou esvaziar o sentido da democracia remete a uma questão que hoje é enfocada em muitas sociedades: nosso sistema de votação é, de fato, livre?

Contudo, Pascual Serrano ainda tem esperanças e propõe formar e educar as massas vítimas da chamada “intoxicação” da mídia empresarial, isto é, da classe patronal. Ele ressalta que a tarefa para todo tipo de comunicador é reafirmar que outra forma de comunicação ainda é possível.

Para ler a obra na íntegra, acesse: <http://www.sengerj.org.br/extras/desinformacaoconteudo.pdf>

SOLUÇÕES URGENTES PA

Foto de Carlos Fonseca – engenheiro eletrcista de Furnas

Júlia Gaspar e Adriana Martins

O SENGE-RJ, o Clube de Engenharia, o Crea-RJ e a Seaerj, em conjunto com representantes da UFRRJ, da Coppe/UFRJ, da Uenf, da Uerj e da Puc-Rio e representantes da SBMET, ABMS e ABGE, debatem, em fórum realizado dias 16 e 17 de fevereiro, na Seaerj, sobre a catástrofe que atingiu a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, no início do ano, e que resultou em mais de mil mortes. O objetivo é que, a partir do diagnóstico dos problemas identificados, seja possível debater e buscar soluções conjuntas com a sociedade civil, entidades representativas e autoridades governamentais, para que as políticas públicas e as soluções técnicas sejam viabilizadas em benefício da população.

O vice-presidente da Seaerj, engenheiro Joberto Macedo Pimentel, abre o evento dizendo que há tempos o Rio de Janeiro não vivencia uma tragédia como a última que abateu a Região Serrana. Vale lembrar que moradores de Angra dos Reis, Morro do Bumba, Santa Teresa, entre outras regiões do estado, ainda sofrem com o descaso em situações quase desumanas. Sem moradia, desde as chuvas de abril de 2010, a população carece de políticas capazes de lhes dar segurança para retomar a rotina.

Destino das cidades

O professor da UFRRJ Humberto Kzure Cerqueira, afirma que as cidades modernas não estabelecem equidade social e que é preciso repensar o destino dessas cidades. “Assistimos catástrofes dos movimentos terrestres e precisamos de intervenções associadas a questões de planejamento, não apenas pontuais. A infraestrutura precisa ser entendida como uma ação continuada de preservação da vida”, ressalva.

Sustentabilidade em uma cidade insustentável

“Capitalixo” é a expressão lançada pelo professor para designar o consumo desenfreado. Ele explica que estão sendo produzidas cidades que não recupe-

Instituições se reúnem para debater o desastre na Região Serrana, as ações para evitar outros e os problemas que precisam ser sanados

ram os espaços já construídos e se mantêm ociosos. “Nossas cidades são construídas a partir da constituição de solos, que fazem parte do processo de especulação dentro das cidades”.

Ele considera que toda especulação é excludente: “Especulação é excludente mesmo nos processos de urbanização, que correm o risco de criar um novo tipo de mercado, sem ter resolvido os problemas de base, como melhor qualificação das pessoas, melhor processo de educação e de constituição de um ser cidadão, que tenha claramente definida a noção de pertencimento a determinados territórios”.

Quanto à cartografia da cidade, Humberto avalia que esteja relacionada à maneira como as pessoas se apropriaram da terra: “Isso as elites brasileiras fizeram muito bem, que é apropriar-se da terra com fins especulativos. Não há uma distribuição igualitária, o que causa disfunções urbanas e problemas, notados hoje. Temos que encontrar medidas para corrigir os erros do passado”, afirma.

Urbanizar para regularizar ou regularizar para urbanizar

Kzure acredita que é importante urbanizar e regularizar concomitantemente. “Mas, para isso, nós temos que ter as-



São José do Vale do Rio Preto, depois das chuvas que destruíram a Região Serrana

segurado que, em relação à terra ocupada, haja uma discussão mais solidária entre os proprietários, sendo eles particulares, da União, do município, do estado, etc. E, se forem ocupantes, de alguma maneira construíram ali as suas famílias, seus laços de afinidade, suas relações de vizinhança e um pertencimento a determinados territórios, e isso a gente tem que considerar um grande desafio”.

Plano Diretor

O professor da UFRRJ conclui dizendo que os planos diretores não podem ser apenas cartas escritas para a legitimação frente à sociedade de uma ação do legislativo e do executivo, portanto dos administradores públicos. Mas sim “cartas magnas dentro das cidades, nas quais os administradores públicos executem o que está previsto nas especificidades, e não administrem as cidades a partir de decretos, que são instrumentos que criam um grau de vulnerabilidade para os nossos planos diretores, que também precisam ser revistos, pelo menos a cada 10 anos”.

Ocupação desordenada

O presidente do Crea-RJ, Agostinho Guerreiro, diz que a ocupação desor-

denada foi generalizada no país, simultaneamente à falta de compreensão da necessidade de preservar a natureza. “Na Constituição de 1988 e no Código Florestal Brasileiro há menção sobre o uso do solo urbano, mas os municípios, salvo raras exceções, ou não foram capazes de assumir esse processo e zelar pela tarefa de uso do solo urbano ou não tiveram condições de fiscalizar”.

Agostinho Guerreiro relembra as tragédias que atingiram o Rio em 2010 e, em referência à desatenção, alega ter chegado a um patamar “inaceitável”. “Há problemas em curso, como os desmatamentos, os quais não podemos estancar de uma vez, mas temos conhecimento da técnica para cuidar disso. Temos que, em primeiro lugar, pensar na prevenção, em ações conjuntas com municípios, estados e Governo Federal, por meio de fóruns de debates, para pensar na possibilidade de minimizar o estrago da tragédia, embora estejam ligadas a fenômenos da natureza”, finaliza.

Política de redução de desastre

O presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian, afirma que é fundamental todos os setores da sociedade fazerem uma reflexão para aprender lições e planejar o futuro de construções em encostas e estradas. Ele sugere a criação e um órgão nacional que controle e fiscalize a ocupação desordenada em terrenos íngremes, a fim de evitar alterações na geometria da natureza.

Sobre políticas urbanas, o secretário nacional de Programas Urbanos, representante do Ministério das Cidades, Celso Carvalho, afirma que é preciso incorporar o desafio de construir políticas de redução de desastres. “E este desafio vai além da política, é um desafio tecnológico. Conseguimos viabilizar recursos para três milhões de moradias, através do Minha Casa Minha Vida. Mas isso não é suficiente, pois tem que ter lote, e o preço da terra tem subido muito por conta deste programa”.

Celso Carvalho considera que é preciso aprender a trabalhar em convivência com a situação de risco, por meio de sistemas que alertem sobre a possibili-

RA A TRAGÉDIA NA SERRA

dade de desastre e um núcleo de defesa civil que, ao receber estes avisos, propicie a fuga das pessoas para lugares seguros. O secretário garante que é fundamental evitar novas ocupações. “E há ocupações legais em áreas de risco. Faz-se urgente uma ação pública de fiscalização e controle, por imagens de satélite e ações da prefeitura, para remover moradores de áreas frágeis e realocá-los em lugares seguros”, acrescenta.

Gestão de Riscos

O chefe do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, Armin Augusto Braun, considera que são fundamentais: a articulação com demais organismos federais, a identificação das demandas prioritárias e a criação de uma gestão de riscos, que seria o conjunto de políticas, decisões administrativas e atividades operativas que, aplicadas antes, durante e depois dos desastres, teriam por finalidade evitar a ocorrência dos mes-

mos. “Precisamos atuar na legislação, integração de ações, no fortalecimento institucional, na percepção de risco e responsabilidade comparativa”.

Braun faz uma afirmação um tanto questionável do ponto de vista social. Segundo ele, as doações, embora bem-vindas, seriam razões para um aumento de custos, já que “a capacidade de absorção da oferta causaria prejuízo no comércio local e o governo não teria capacidade de fazer o transporte das doações populares”. Armin Braun garante que o governo tem condições de suprir o déficit de agasalhos e mantimentos da população atingida. Então, o ideal seria não fazer doações e deixar a população prejudicada à mercê da boa vontade governamental?

Monitoramento

O presidente da Fundação Geo-Rio, Márcio Machado, fala sobre o Sistema Alerta Rio, radar meteorológico no Sumaré, que tem o alcance de 250 Km

e pode fazer previsão de chuvas com antecedência de até seis horas, indicando onde e quando a chuva vai cair. “O Centro de Operações Rio tem a função de monitorar e otimizar o funcionamento da cidade, atuando na operação cotidiana”.

Márcio Machado diz que investimentos em ações emergenciais, estudos aprofundados da topografia dos terrenos, gestão de risco, alerta meteorológico, monitoramento, prevenção e contenção de encostas são trabalhos essenciais a serem feitos para não deixar que as tragédias aconteçam e caiam no esquecimento.

Alerta que não comunica

Em relação aos aspectos meteorológicos, o professor Valdo Marques, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) diz que já havia previsão de tempestade na Região Serrana, de acordo com índices de instabilidade, para o início de janeiro. “Houve falha na comunicação operacional. O aviso do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/Inpe) chegou às 16h30 na Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, mas não foi repassado ao comando, não alcançando os principais locais atingidos”. No entanto, ele afirma que, mesmo que o aviso chegasse a tempo, não resolveria o problema, pois “não há conjunto de ações para prevenção nem orientação das pessoas. O sistema de alerta, sozinho, não vai resolver”, finaliza.

Olhar técnico

O presidente do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Erthal, considera necessária a cartografia do risco remanescente a escorregamentos, na escala 1:2000, segundo a metodologia do Serviço Geológico do Estado, além da delimitação das áreas de risco.

Uma avaliação técnica é feita pelo professor Willy Lacerda, da Coppe/UFRJ, em relação aos escorregamentos de barreiras, das quedas dos blocos e das avalanches de detritos. Ele afirma

que a região já tinha sido atingida por muitos raios, o que pode ter intensificado a queda das barreiras.

Fórum Permanente

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, afirma que, infelizmente, a sociedade acabou empurrando as pessoas para as encostas, pela exclusão, e garante a importância da discussão e ação permanente. “Não podemos nos acostumar nem nos acomodar a ver desastres começando em Angra, terminando em Niterói e deixando outra tragédia acontecer na Região Serrana”, alerta.

Para ele, a sociedade tem que se organizar para discutir essas situações, buscar e cobrar soluções para saber conviver com desastres naturais. “Há um risco social que está aí, precisamos evitar outros. Pessoas que moram na Região Serrana me disseram que o número de mortes chegou a cinco mil. Lanço o desafio de estarmos continuamente preocupados com este problema. Vamos criar um fórum permanente com as entidades presentes”.

Falta de vontade política

Dentre os presentes na plateia do auditório da Seaerj, o conselheiro fiscal do SENGE-RJ Rubem Corveto considera que não se deve “descarregar” toda a responsabilidade ao município, pois as esferas governamentais precisam agir em conjunto. Ele indaga: “como executar ações se não há profissionais contratados para tal?” Corveto informa que muitos municípios são desprovidos de engenheiros para trabalhar com políticas e operações. “Muitas cidades não têm nem engenheiros para executar políticas e operações. Mas estamos caminhando”, assegura.

O diretor do SENGE-RJ Stel Soares afirma: “A legislação existe, o que não existe é vontade política e programas que efetivem. A decisão é política!”. Stel diz ainda que um radar instalado teria alcance de um terço do estado do Rio e questiona se a Região Serrana estaria coberta por esse tipo de monitoramento. ■

Representante da Secretaria de Defesa Civil, Armin Braun; Presidente do Crea-RJ, Agostinho Guerreiro; Presidente do SENGE-RJ, Olímpio Santos; Vice-Presidente da Seaerj, Joberto Pimentel; representante do Ministério das Cidades, Celso Carvalho; e o Presidente do Clube de Engenharia, Fracis Bogossian



Júlia Gaspar



Professor da UFRRJ Humberto Kzure; representante da Secretaria Municipal de Educação, Antonio Verissimo; Presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian; Professor da UFRJ, Willy Lacerda; o mediador da mesa, representante da Seaerj; e o Professor da Uenf, Valdo Marques



SONO

Nele há o abandono,
os sentidos entregues,
a vida fica sem dono.
Evitá-lo não se consegue

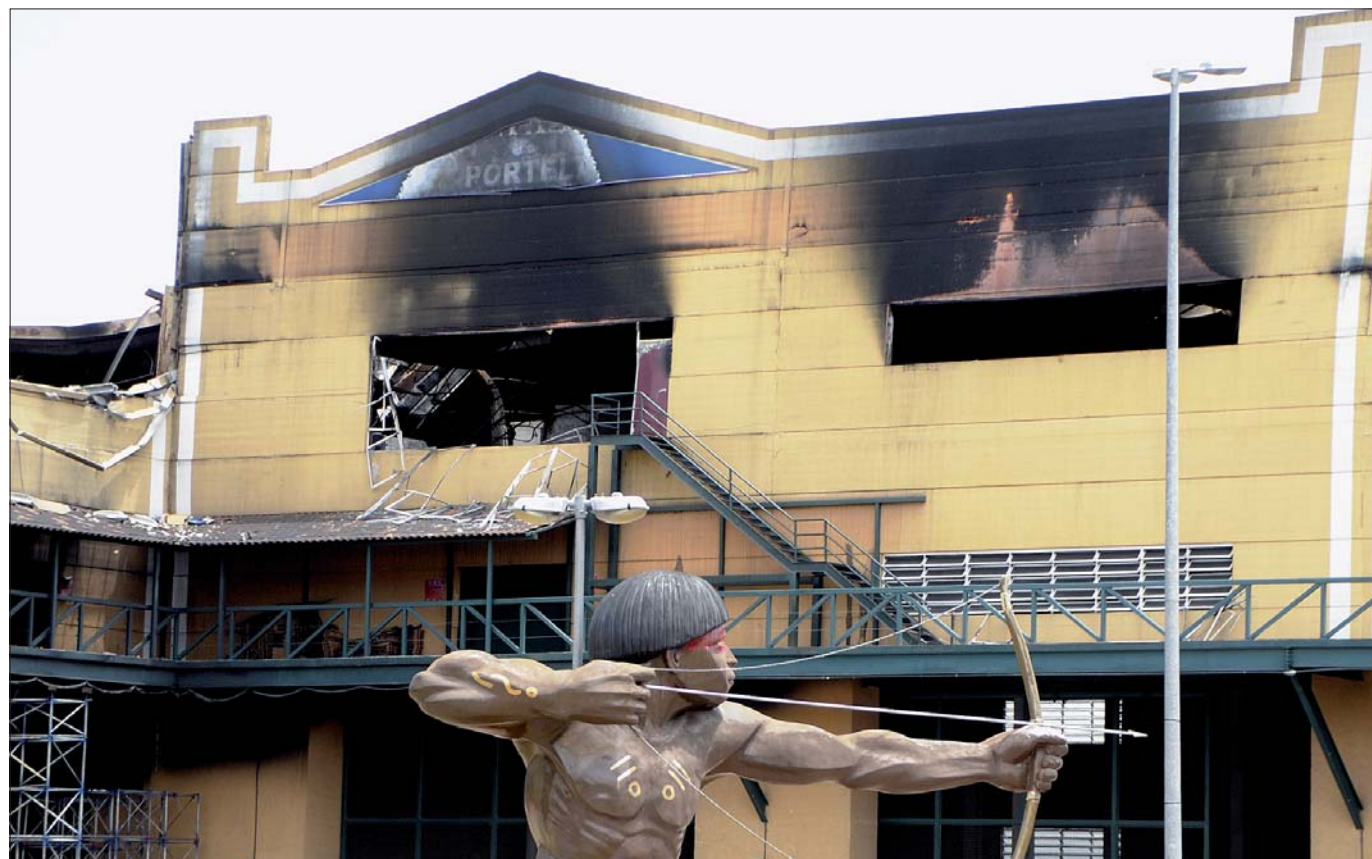
Invólucro das fantasias,
de utópicos sonhos
às vezes é alforria
e outras, pesadelos medonhos.

Elimina o consciente,
as percepções ficam em alerta.
Estimula o inconsciente
que se torna real e desperta.

Lampejos sem nexos,
longas histórias,
surreal complexo,
brincam com a memória.

Mas ele vem, ele vai,
excita-se com as miragens
nas mentes se distrai
dos corpos embalagens.

Raul Pessôa é engenheiro civil



CARNAVAL DA SUPERAÇÃO

- O fotógrafo **Carlos Fonseca**, engenheiro de Furnas, foi até a Cidade do Samba e registrou parte das consequências do incêndio que entristeceu carnavalescos e cariocas no início de fevereiro. De acordo com o fotógrafo engenheiro, os galpões estavam isolados por tapumes, mas foi possível registrar os estragos causados pelo fogo, superados pela força contagiante do carnaval.

• A coluna “**Engenharia Cultural**” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

art
GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Diretor do SENGE-RJ faz vistoria na Cidade do Samba

• O diretor do SENGE-RJ e coordenador da Comissão de Análise e Prevenção de Acidentes do Crea-RJ, Luiz Antônio Cosenza, vistoriou, dia 14 de fevereiro, a Cidade do Samba, na Zona Portuária do Rio, local atingido por incêndio que destruiu quatro barracões no início daquele mês. Durante a inspeção, o engenheiro verificou inúmeras

irregularidades. Cosenza fará um relatório com recomendações, como, por exemplo, mais tomadas nos barracões, para evitar “gambiarras” (excesso de carga) e risco de curto-circuito. Ele verificou também, no Barracão da Imperatriz, que um extintor estava vazio e outro vencido, além de emendas perigosas na fiação elétrica.

Adicione o Sindicato no Facebook!

• O SENGE-RJ está no Facebook, com o objetivo de divulgar informações do Sindicato e da categoria, ações em prol da sociedade e lutas por um Brasil mais justo. Se você já tem uma conta no Facebook, vá em “procurar”, no menu superior da tela, digite “Senge Rio” e nos encontre! Se preferir, clique em <http://www.facebook.com/home.php#!/profile.php?id=100002123000535> e entre no nosso perfil.

A mulher no mercado de trabalho da engenharia

A Engenharia é uma profissão eminentemente masculina. Entretanto, é possível notar um crescimento contínuo e significativo das mulheres nas ocupações da profissão. Segundo demonstram os dados da RAIS¹, no período 2004-2009, no estado do Rio de Janeiro a participação de mulheres no mercado de trabalho formal vem crescendo. Em 2004, o emprego de mulheres na Engenharia representava 14,6% do total no estado e, em 2009, 17,8%. Enquanto as ocupações masculinas cresceram 44%, as femininas cresceram 83,4%, no período. O crescimento do emprego feminino no estado foi superior à média nacional, que, no mesmo período, foi de 56,6%.

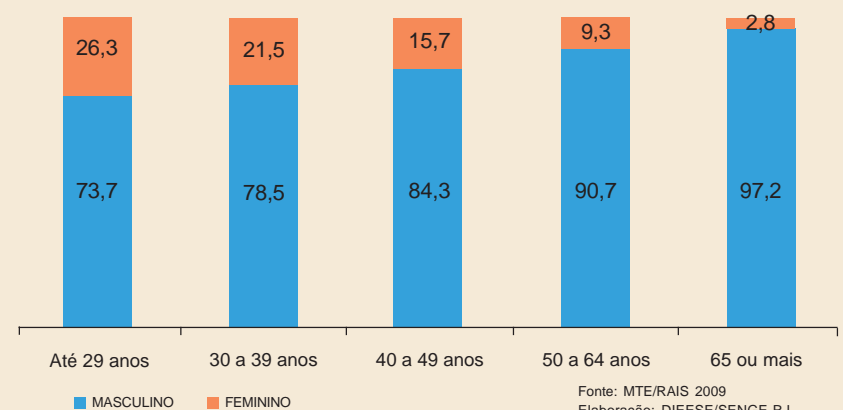
Conforme se percebe a partir do gráfico, em 2009, a participação feminina no mercado da Engenharia no estado do Rio é maior nas faixas etárias

mais jovens. Isso indica que a feminização da categoria tem se dado, majoritariamente, pela entrada mais expressiva de jovens profissionais no mercado de trabalho. Enquanto a participação do emprego feminino na faixa até 29 anos é de 26,3%, naquela com 65 anos ou mais é de 2,8%.

A Engenharia Civil é a especialidade da maioria das ocupações femininas no estado (24,8%), seguida pela Engenharia de Produção (17,9%) e, em terceiro lugar, pela Engenharia Química (15,2%).

A análise do emprego da mulher engenheira, segundo o setor de atividade econômica², no estado do Rio, aponta que a participação da ocupação feminina no total de empregos é maior na Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (29,4%), seguida pelo setor de Serviços (24,3%) e pela Administração Pública (21,4%). A esse

OCUPAÇÕES DA ENGENHARIA POR FAIXA ETÁRIA E SEXO (%)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009



respeito, é importante destacar que o setor de Serviços é o que mais emprega profissionais da Engenharia no estado fluminense (34,4%) e, em segundo lugar, destaca-se o setor Extrativo Mineral (25%), que tem crescido nos últimos anos, em função da dinâmica de crescimento da produção de gás e petróleo no estado.

Assim, no ensejo das comemorações do Dia Internacional da Mulher, destaca-se o papel da mulher en-

genheira no mercado de trabalho, que vem contribuindo para a mudança no perfil da categoria, tradicionalmente masculina.

1) A RAIS – Relação Anual de Informações Sociais é uma base de dados disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Ela contém o registro do estoque, em 31 de dezembro de cada ano, das ocupações no mercado formal de trabalho, tanto estatutários quanto celetistas.

2) Setores de atividade econômica, segundo classificação do IBGE.

Novas Sócias do SENGE-RJ

• A engenheira química **Miriam Hellman**, há 32 anos funcionária da Eletronuclear, é uma das nossas novas sócias. Ela se filiou em fevereiro de 2011 e afirma que se associou ao SENGE-RJ porque este Sindicato tem uma boa representatividade na empresa em que trabalha. "Espero o apoio do SENGE-RJ quando necessário, para resolver as pendências e questões necessárias", declara.

• **Josete Ramos Arruda** é engenheira civil e atua na área de Segurança do Trabalho, na Monitorar Consultoria. Ela foi apresentada ao SENGE-RJ por um companheiro de lutas e pôde ver as propostas do Sindicato, as melhorias na categoria e, principalmente, a preocupação da entidade com o profissional. Para a engenheira Josete, filiar-se ao SENGE-RJ é, antes de tudo, uma parceria com seus colegas engenheiros. "Eu não tinha visto ninguém fazer alguma coisa pelos profissionais da engenharia, como por exemplo fiscalizações a favor dos funcionários e para boas condições de trabalho. No SENGE-RJ, eu busco apoio e melhorias na categoria", afirma.

Fumas completa 54 anos e retorna ao antigo símbolo

• A vice-presidente do SENGE-RJ e engenheira eletricitista de Furnas, Lusía Maria de Oliveira, na comemoração de 54 anos da empresa onde trabalha desde 1974, hasteou a bandeira de Furnas, retornando ao antigo símbolo da empresa, que havia sido trocado quando a Eletrobras fez o plano de transformação nas empresas do setor elétrico.

Lusía Maria iniciou suas atividades profissionais há quase 37, em Furnas, como estagiária de eletrotécnica e, hoje, é engenheira eletricitista da empresa onde faz história. "Eu tenho orgulho de representar todos os empregados dessa empresa nacional", declara Lusía.

A engenheira explica que os funcionários não gostaram da troca do símbolo de Furnas e estão felizes com a volta da identificação da empresa. "O outro símbolo não tinha relação com a nossa his-

tória, com a nossa marca. Hoje, o símbolo voltou, trazendo um resgate do orgulho e amor que temos pela empresa, aumentando a vontade de trabalhar mais para conquistar mais eventos pioneiros", diz.

O administrador de Furnas Antônio Carlos Martins hasteou a bandeira do Brasil, durante a cerimônia. "É uma honra fazer parte desta história de 54 anos de Furnas e poder representar os colegas nesta data querida", afirma o administrador.

O engenheiro de Furnas Evandro de Oliveira Moraes hasteou a bandeira do Rio de Janeiro, junto com Lusía Maria e Antônio Carlos. Evandro entrou na empresa há duas semanas e ficou lisonjeado. "Tenho orgulho de participar de um evento tão importante, tendo tão pouco tempo de empresa", garante o engenheiro.



Lusía ergue a bandeira de Furnas, no aniversário da empresa, ao lado de companheiros de trabalho

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL ► ENGENHEIRO EXIJA SEU DINHEIRO ► Lei 4950-A/66

Decisão da OEA visa julgar e condenar torturadores

■ Processo que condena o Brasil pretende verificar o quê, como, onde e quando aconteceram os crimes contra a humanidade na Ditadura Militar e identificar os responsáveis

Adriana Martins

O Estado brasileiro precisa responder à condenação feita pela Organização Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), que exigiu explicações sobre crimes de tortura ocorridos durante a Ditadura Militar (1964-1985). A psicóloga e fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais Cecília Coimbra e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro, Wadih Damous, explicam o motivo da não abertura dos arquivos da ditadura, dos resultados práticos que essa condenação pode trazer, sobre suas possíveis consequências e também a respeito da instalação de um procedimento do Ministério Público Militar, que irá investigar o desaparecimento de ativistas de esquerda durante o Regime.

A demora na abertura dos arquivos

Para a psicóloga Cecília Coimbra, fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais, os arquivos da ditadura ainda não foram abertos por falta de vontade política. Ela diz que, nos diferentes governos as alianças políticas foram feitas com setores conservadores, que participaram do Regime, direta ou indiretamente. “Essas alianças impedem o andamento do processo. Isso ocorre desde o governo Fernando Henrique Cardoso. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, que continua funcionando, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República, foi criada no governo FHC, por pressão dos movimentos sociais da época”. Segundo Coimbra, a Comissão, criada pela Lei 9.140, de 1995, considera todos os mortos e desaparecidos como “mortos”. “Como os arquivos não foram abertos, as informações dos atestados de óbito não nos interessam, porque não são atestados de óbito, mas atestados de morte presumida”.

De acordo com o presidente da OAB do Rio de Janeiro, Wadih Damous, o di-

reito dos brasileiros de conhecer a sua própria história e saber a verdade está previsto no artigo 5º da Constituição. “O conhecimento do que aconteceu cria anticorpos para evitar a repetição daqueles crimes”.

Condenação pela OEA

Cecília Coimbra diz que a condenação feita pela OEA é simbólica e informa que, no Brasil, há uma “reparação invertida” do processo de apuração dos fatos. “A reparação financeira, ou indenização, como costumam dizer, é o final de um processo e isso é dito pela Organização das Nações Unidas. O processo de reparação, na verdade, é verificar o que aconteceu, como aconteceu, onde aconteceu, quando aconteceu, quem são os responsáveis e investigar, esclarecer, para que isso não ocorra mais”.

Na opinião de Wadih Damous, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos ratifica o desrespeito aos Direitos Humanos e aos desaparecidos políticos. “A Corte Interamericana mostrou que a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a anistia para os torturadores, era errada”.

Consequência para os militantes

Outra questão abordada em relação à abertura dos arquivos se entrelaça com a possibilidade de trazer consequências ruins aos ex-militantes. Em vista disso, Wadih Damous considera improvável haver qualquer tipo de efeito negativo: “Nenhum deles esconde o seu passado. A própria presidente da República, Dilma Rousseff, disse isso no discurso de posse. Quem tem vergonha dos atos que praticou são os acusados de tortura e assassinato de presos políticos”, acentua.

Para Cecília Coimbra, o que consta nos arquivos são fatos aumentados e inventados pelos militares fascistas saudosistas da ditadura. “As pessoas, que já estavam mortas, eram acusadas de sequestro, de participação em assalto.



Adriana Martins



Arquivo OAB/RJ

“As informações dos atestados de óbito não nos interessam, porque não são atestados de óbito, mas atestados de morte presumida

CECÍLIA COIMBRA
Presidente do Grupo
Tortura Nunca Mais

“O conhecimento do que aconteceu cria anticorpos para evitar a repetição daqueles crimes

WADIH DAMOUS
Presidente da OAB

Mas já estavam mortas. Para nós, que militamos, não há nenhum medo, receio ou insegurança, de que esses arquivos sejam abertos. Ao contrário”.

Ministério Público Militar investiga desaparecimento

Quanto à decisão recente do Ministério Público Militar do Rio de investigar o desaparecimento de pessoas, Damous não sabe se será efetivada. “Apoiamos a decisão do promotor Otávio Bravo, porque é um incentivo à luta pelo direito à verdade. Dar prosseguimento às investigações seria bom, inclusive, para as próprias Forças Armadas, que acabam sendo responsabilizadas por atos praticados por uma minoria de militares e policiais civis”.

A fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais informa que o promotor procurou o grupo ao instalar o processo, no início de fevereiro. “Não sei se essa investigação será efetivada. Mas já fizemos um levantamento e demos 40 nomes de desaparecidos políticos no Rio de Janeiro”.

Coimbra ainda fala da importância dessas informações serem reveladas à sociedade. “É fundamental que as instituições militares revejam o seu passado criminoso e atentatório aos Direitos Humanos”. E desabafa: “Que esses torturadores e sequestradores, que ainda estão por aí, apareçam”. Ela completa dizendo que esses militares ainda fizeram escolas. “Nós sabemos como são os treinamentos militares ainda hoje: são para produzir torturadores”, finaliza.